

Prefeitura Municipal de Florianópolis
Procuradoria Geral

Edital nº 001/2010

<http://procuradorpmf.fepese.org.br>

Caderno de Prova

Dissertativa



3 de abril



das 16 às 20 h



4 h de duração*



3 questões



DIS

Procurador Municipal (Classe Inicial)



Confira se o código nas folhas-resposta, coincide com o código do adesivo colado na carteira.

* A duração da prova inclui o tempo para o preenchimento das folhas-resposta.

Instruções

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova**;
- seis **folhas-resposta** numeradas com código alfanumérico, sendo uma folha-resposta para cada questão dissertativa e quatro folhas-resposta para a composição jurídica.

Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e a sequência de questões está correta.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo e o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

Atenção!

- As respostas deverão ser transcritas para as folhas-resposta com caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta indelével, de cor azul ou preta, sendo permitida somente a utilização do anverso da folha-resposta.
- As respostas serão corrigidas unicamente pelo texto transcrito para as folhas-resposta, não sendo válidas quaisquer anotações eventualmente feitas no caderno de questões.
- As folhas-resposta não poderão ser assinadas ou conter qualquer desenho, palavra, letra ou sinal que possam identificar o autor.
- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Questões Dissertativas

(2 questões)

Questão 1 Empresa Angra Ltda, sediada no Estado de Santa Catarina, dedica-se à produção de bebidas, sujeitando-se, nessa qualidade, ao recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Em razão de isenção específica concedida pela União, com fundamento na Lei X/04, a empresa Angra Ltda. deixou de efetuar o recolhimento do imposto (IPI) a partir do exercício de 2005. A referida isenção foi concedida em função de determinadas condições e pelo prazo certo de 10 (dez) anos. Com a posse da nova Presidente do Brasil, foi publicado o Decreto Y/11, em 15/01/11, revogando o benefício fiscal, a fim de incrementar as receitas para o financiamento de programas governamentais. De acordo com o Decreto Y/11, todas as empresas beneficiárias da isenção deveriam passar a recolher o imposto (IPI) a partir do mês subsequente a sua publicação.

A situação em questão demonstra-se legal? Justifique sua resposta.

Questão 2 O diretor de uma determinada Secretaria do Município de Florianópolis foi indiciado em processo administrativo disciplinar, porquanto havia suspeita de que ele fosse responsável por vícios em processo seletivo para o cargo de professor substituto, bem como tivesse impedido a execução de uma ordem judicial. O Ministério Público estadual, cientificado dos fatos, ajuizou ação penal contra o referido diretor, por entender que suas condutas eram censuradas pela legislação penal. Após a deflagração da ação penal, o presidente da comissão de processante suspendeu o processo administrativo disciplinar a fim de aguardar o posicionamento do juízo criminal. Sobreveio, então, a sentença criminal, a qual absolveu o acusado sob o argumento de não existir prova de ter o réu concorrido para a infração penal. A sentença transitou em julgado sem recurso das partes. Nesse panorama, você, Procurador do Município, foi consultado pelo presidente da comissão processante sobre as providências que deveriam ser tomadas nos autos do processo administrativo disciplinar.

Justifique sua resposta.

Peça Jurídica

João dos Ingleses, formado em letras e em pedagogia, exerce a profissão de professor desde 1980. Em janeiro de 2010, prestou concurso para professor substituto, em caráter temporário (ACT), na Secretaria Municipal de Educação do Município de Florianópolis. O certame disponibilizava apenas uma vaga para a sua especialidade. João foi aprovado em primeiro lugar. Em 1º de novembro do mesmo ano, o Secretário de Educação do Município, por meio da Portaria 123-10, nomeou o Mário Santinho, candidato aprovado em segundo lugar em referido concurso, tendo o mesmo tomado posse. De acordo com legislação municipal, contra a decisão do Secretário de Educação caberia recurso administrativo, com pedido de efeito suspensivo, no prazo trinta dias. Entretanto, João optou por buscar a tutela judicial diretamente. Assim, João dos Ingleses procurou um advogado, que o orientou a ingressar com uma medida judicial a fim de lhe garantir a sua nomeação no respectivo concurso. Então, João impetrou, na Justiça do Trabalho de Florianópolis, uma ação mandamental contra ato da Secretaria de Educação do Município, alegando, em suma, violação ao seu direito líquido e certo decorrente da aprovação, em primeiro lugar, no concurso público para professor substituto, em caráter temporário. Aduziu, ainda, que provaria no momento oportuno a sua preterição no certame. A ação foi impetrada em 5 de março de 2011, com pedido de produção de prova mediante oitiva de testemunhas. A Procuradoria do Município de Florianópolis foi citada na data de hoje. Você, Procurador do Município, foi designado para elaborar a peça processual competente. A peça deverá ser datada com o último dia do prazo para a sua interposição, devendo, pois, serem considerados todos os dias subsequentes à citação como úteis, para efeitos da contagem do prazo.

Folha-resposta

Questão 1

(rascunho)

**Página
em Branco.
(rascunho)**

Folha-resposta

Questão 2

(rascunho)

**Página
em Branco.
(rascunho)**

Folha-resposta

Peça Jurídica (Folha 1)

(rascunho)

**Página
em Branco.
(rascunho)**

Folha-resposta

Peça Jurídica (Folha 2)

(rascunho)

**Página
em Branco.
(rascunho)**

Folha-resposta

Peça Jurídica (Folha 3)

(rascunho)

**Página
em Branco.
(rascunho)**

Folha-resposta

Peça Jurídica (Folha 4)

(rascunho)



FEPESE • Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos
Campus Universitário • UFSC • 88040-900 • Florianópolis • SC
Fone/Fax: (48) 3953-1000 • <http://www.fepese.org.br>